



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Barragens Pedreira e Duas Pontes", de responsabilidade do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, realizada no dia 15 de outubro de 2015, na cidade de Pedreira/São Paulo.

Realizou-se no dia 15 de outubro de 2015, às 17 horas, na Rua Professor João Alvarenga, nº 75, Centro de Pedreira, Pedreira/São Paulo, a audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento **"Barragens Pedreira e Duas Pontes"**, realizada no dia 15 de outubro de 2015, na cidade de Pedreira (Processo Impacto 189/2013). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CONSEMA, **Germano Seara Filho**, declarou que, em nome da Secretária de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, **Patricia Iglecias**, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – na pessoa dos Excelentíssimos Senhores Cláudio Cassiani, Secretário de Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de Pedreira e Geraldo Luiz Nalon, Secretário Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente de Pedreira; aos representantes do Poder Legislativo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores José Luiz Serra, Presidente da Câmara Municipal de Pedreira e Rogério Catanase, Vereador pelo Município de Amparo; ao representante do Ministério Público do Estado de São Paulo – do Ilustríssimo Rodrigo Sanches Garcia, Promotor de Justiça do núcleo de Campinas do Grupo de Atuação Especial e Defesa do Meio Ambiente (Gaema); do representante COMDEMA e do Conselho da APA Piracantareira – na pessoa do Ilustríssimo Sr. Guaraci Diniz Jr.; dos órgãos públicos, das entidades da sociedade civil, da Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo, das entidades ambientalistas, enfim, a todos os que vieram participar da audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento **"Barragens Pedreira e Duas Pontes"**, de responsabilidade do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE (Processo Impacto 189/2013). Declarou possuir a função regimental de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indica o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que sobre ele(ela) opinem, formulem propostas, indagações, críticas, sugestões e elogios, com o propósito de contribuir para sua melhoria e aperfeiçoamento. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função, tão somente, conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir àqueles que tenham algo a dizer que o façam de forma democrática e organizada. Expôs, resumidamente, as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011 para a condução das audiências públicas, através das quais o CONSEMA estabelece que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, na segunda parte, a apresentação, pelo representante da equipe multidisciplinar que o formulou, dos diferentes estudos que constituem o EIA/RIMA e que contemplam exposição detalhada de todos e de cada um de seus aspectos. Explicou que,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam órgãos públicos ou entidades civis, dado que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em prosseguimento, acrescentou, se manifestarão os representantes dos órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, e, a seguir, os representantes do CONSEMA e aqueles dos COMDEMAS que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falariam os representantes do Poder Executivo, seguidos dos que representam o Poder Legislativo, para que se posicionem acerca das críticas, elogios e sugestões feitos pelos segmentos que antes deles se manifestaram, criando-se, assim, a oportunidade, de oferecerem os esclarecimentos que, eventualmente, forem solicitados. O **Secretário-Executivo** reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse, e que, portanto, assim procedessem aqueles que o desejassem, mas que ainda não houvessem se inscrito. Informou que a Mesa Diretora de Trabalhos era, na ocasião, composta por ele, Secretário-Executivo do CONSEMA, e pela bióloga Vanessa H. Fidalgo Guerreiro, Gerente do Setor de avaliação de Obras Hidráulicas IEOH da CETESB a quem convidava para compor e integrá-la. Antes de adentrar a seguinte etapa da audiência, a bióloga **Vanessa H. Fidalgo Guerreiro** gerente do Setor de Avaliação de Obras Hidráulicas está conduzindo o licenciamento ambiental das Barragens Pedreira e Duas Pontes. Explicou que no atual estágio, o setor está procedendo a análise do estudo de impacto ambiental com vistas a avaliação da viabilidade ambiental do empreendimento. Superada essa etapa, acrescentou, caso sejam considerados viáveis, será emitida a licença ambiental prévia para o empreendimento na qual constaram as condicionantes para próxima etapa. Somente após a apresentação do atendimento a essas exigências que é emitida a licença ambiental de instalação, a qual permite o início de obras, e somente após a conclusão da comprovação do atendimento das exigências necessárias durante a implantação do empreendimento, e ao final disso é que é emitida a licença ambiental de operação, ao qual permite que o empreendimento possa enfim iniciar as suas atividades. Ressaltou que a análise encontra-se na fase inicial de avaliação da viabilidade ambiental do empreendimento, para qual a participação de todos na audiência pública é muito importante para que se possa realizar a melhor análise e conhecer melhor a realidade da região. Em seguida o engenheiro **Celso Minoru Aoki**, do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, apresentou breve histórico do empreendimento, sua organização, etapas de desenvolvimento e objetivos, após o que o engenheiro agrônomo **Ricardo Fiorito Ruiz**, representante do Consórcio Hidrostudio - Themag, empresa de consultoria responsável pela elaboração dos estudos de impacto ambiental, apresentou uma síntese do EIA/RIMA, mais precisamente dos motivos da escolha da localização, da capacidade pretendida para o empreendimento quando de sua plena operação, dos impactos que ele promoverá, principalmente nos recursos hídricos e nos meios físico, biótico e antrópico, e das medidas de mitigação que serão implementadas com o objetivo de preveni-los ou mitigá-los. Passou-se a etapa na qual se manifestam aqueles que se inscreveram para fazer uso da palavra. **Rodrigo Sanches Garcia**, disse que lhe parecia certo que não será possível continuar a análise dos impactos cumulativos e sinérgicos do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

empreendimento sem que se proceda a análise conjunta da construção das barragens e do sistema adutor. Apontou como sendo outra questão importante a adoção, como medidas compensatória, a elaboração do plano ambiental de conservação do uso do solo do entorno dos reservatórios, que é uma exigência constante do art. 5º, parágrafo 1º, do Novo Código Florestal. Destacou que embora tal requisito tenha sido citado no final da apresentação, não havia encontrado, tal inclusão no EIA que é um estudo mais amplo e de ser uma condicionante prevista na lei. Outra questão, também mencionada na audiência de Campinas é a implantação da escada de peixes, apresentada no EIA. Questionou sobre a existência de algum estudo sobre a eficiência desse sistema. Ou seja, tal tecnologia já seria uma teoria aplicada, ou já foi aplicada em outro lugar do mundo. Da mesma forma, indicou que outra questão que lhe parece estar sendo relegado a um segundo plano, é a de tratamento da bacia de contribuição porque o estudo não se limitou, única e exclusivamente a área de influencia direta, mas sim a um estudo do impacto regional, que representa a construção das barragens. Sobre isso relatou, parecer-lhe comprometedor também o reduzido grau de deficiência do sistema de tratamento de esgotos dos municípios da montante não são avaliados. Embora as simulações apresentadas apontem que haverá manutenção da qualidade de água nessas represas, o próprio Governo do Estado, a partir de um decreto de 2012, estabeleceu uma meta de universalização de 5% do esgoto, até 2020, sendo assim, não há como saber como a qualidade ambiental de um ambiente que se tornará lântico, poderá ser mantida sem que haja um completo estudo com uma condicionante da universalização do tratamento. Afirmou que podemos cair numa armadilha, porque não é só o sistema de tratamento urbano que deve ser analisado. Relatou que no GAEMA, conduz um trabalho de acompanhamento da elaboração dos planos municipais de saneamento. Quanto a isso, disse que os municípios ao elaborarem seus planos de saneamento relegam o sistema de tratamento de esgotos, controle de água e esgoto no ambiente rural. Alertou para o fato de que quase 50% dos municípios localizados a montante das barragens, encontram-se inseridos em área rural. Isto significa, completou, que não adianta pensar em controle de uso e ocupação do solo apenas no entorno do reservatório, ou seja, deve-se controlar também o uso e a ocupação do solo em toda a área de drenagem a montante dos reservatórios, aonde vai se direcionar a água para esses reservatórios. Portanto, é preciso ter formular condicionantes que garantam a universalização efetiva do saneamento básico. Alertou que não adianta universalizar depois que o reservatório está cheio. As obras, as condicionantes e exigências devem ocorrer, concomitantemente, a fase de construção do reservatório. Relatou que o Ministério Público acompanha, diuturnamente, a forma com que o poder público relega as condicionantes dos empreendimentos já implantados e com a licença de operação. Ressaltou que as condicionantes devem ser exigidas concomitantes ao início das obras. Ao final das obras, quando se inicia o enchimento do reservatório, essas condicionantes já devem estar sendo cumpridas em pleno vapor. Mencionou como exemplo de ineficiência a questão da recomposição da Área de Preservação Permanente – APP da Represa Jaguari-Jacaré do Sistema Cantareira. Ressaltou que, mesmo com a Sabesp operando há 40 anos no sistema, é possível constatar por meio de imagem de satélite, que a cobertura vegetal na



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

APP é pífia, ou seja, ela é praticamente inexistente, e isso não só é praticamente inexistente, como não é parte integrante da responsabilidade socioambiental das empresas. Citou como exemplo, um problema, recentemente analisado no GAEMA, em que a SABESP tinha uma compensação de quase 120.000 mudas a serem plantadas, quase todas eram compensações ambientais da região do PCJ. Nesse caso, a SABESP juntamente com a CETESB ao elaborarem um Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental- TCRA, ao invés dessas áreas serem direcionadas para compor a proteção do Sistema Cantareira, foram direcionadas para um assentamento rural em Mirante do Paranapanema, há 600 e poucos km da nossa região. Existe, portanto, uma evidente dissociação entre as regras de proteção que são inseridas como condicionantes num empreendimento dessa magnitude, e o tempo em que essas obras são efetivamente colocadas. Concluiu ser necessário que a CETESB, aproveite essas informações trazidas durante as audiências públicas, de forma que tais programas apresentados no EIA, sejam concomitantemente realizados com o empreendimento, de forma que a licença de operação não seja emitida, até que sejam apresentados resultados consistentes da sua implementação. **Aguinaldo Aparecido Pereira Dias**, morador do bairro Santa Cruz da Boa Vista que trabalha no município de Dobrada, queixou-se que apesar do calor serão cortadas mais árvores, por causa da construção de mais uma barragem. Questionou a falta de se inserir na apresentação, a relação da REPLAN com a barragem, como foi feito em Campinas, de forma que os cidadãos de Pedreira, também a conheça. Afirmou que 90% do público que participa dessas reuniões são contra essa barragem, e mesmo assim se está caminhando no sentido de sua implantação, pois mesmo tendo o promotor solicitado o adiamento, a audiência, em Campinas, foi realizada. Levantou a questão de que a média histórica apresentada sobre a vazão da represa, não leva em conta as últimas médias que são baixas. Não há garantia de que irá chover para o retorno das médias ao equilíbrio ou mesmo se essas médias vão piorar, além disso, não é por meio da construção de barragens que se fará brotar água. Ninguém pensa em reflorestar, somente em destruir. Reforçou o fato de se querer implantar mais barragens, sendo que várias estão secando por falta de água. Afirmou que tudo leva à corrupção, pois quanto mais obras, mais dinheiro. Questionou qual das espécies de peixe, já catalogadas, sobem escadas. Lamentou por se viver em um país corrupto e pelo fato de não se ter ninguém para conversar, no qual só se pensa no dinheiro e vigora a ganância, Neste cenário, os pobres sofrem a pior. **Airton de Toledo** externou sua revolta com os que tiveram a ideia de construir a represa porque não tem certeza se foi construída para a população ou apenas em benefício da REPLAN, fabricante de gasolina. Disse que o que lhe corta o coração e lhe causa maior preocupação é a retirada pelo governo, de pessoas que residem na área de influência, há gerações sendo que, há muitos outros lugares para plantar milhares de árvores, sem ter que remover população. **Tereza Penteadó**, primeiramente questionou a forma pela qual a CETESB avalia a viabilidade de um empreendimento tão inviável. Passou a elencar os pontos inviáveis: - decreto sem dados de número de INCRA e de matrícula; - aumento de três metros na altura de uma das barragens, sem que os estudos tenham acompanhado isso, foi apresentado na audiência de Campinas, com todos os vídeos que eu estou falando, está tudo no Youtube.; - ausência de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

adutoras que comprovem que a água dessas barragens serão úteis para alguém, que não seja a REPLAN, ou a Braskem, cujos os dados apresentados na audiência de Campinas foram omitidos da apresentação de hoje; - um EIA/RIMA e um processo de licenciamento para apenas um empreendimento, quando na realidade existem dois empreendimentos, sendo um a Barragem de Pedreira e o outro de Duas Pontes, por sinal, muito distantes um do outro; - falta de estudo sobre onde será instalada a PCH da CPFL, que já possui solicitação de autorização para o CONGEAPA em Campinas; - conforme pode ser constatado no vídeo da audiência de Campinas, houveram problemas nas audiências públicas, ocorridas em 18/9/14, na sede do DAEE em São Paulo. A procuradora do MPF, Doutora Sandra Kishi, citou alguns deles como sendo: ausência de publicidade de divulgação da audiência pública que tolhe o direito da sociedade de participação popular e controle social; apesar de ser autoridade, membro do MPF, com atribuições ligadas às questões da água, não recebeu nenhum convite dessa audiência pública, a primeira que foi realizada no DAEE, em São Paulo no DAEE; - ausência de representante da Agência Nacional de Águas na audiência. Lembrou a declaração da procuradora do MPF de que o momento é de fecharmos as portas e cancelarmos essas audiências públicas, porque audiência pública não tem estrutura de discussões e debates, pois simplesmente promove a invocação de questões, mas respostas acabam chegando por outros meios que não o meio público de uma audiência pública. De acordo com vídeo, disponível no Youtube, afirmou que a água não irá para a REPLAN e sim, para a Braskem. Afirmou que as barragens só atenderão as áreas críticas se for construído o sistema adutor, cujo estudo de viabilidade foi contratado em junho de 2015, com previsão de entrega, em abril de 2016. Destacou que para a elaboração de tal estudo foi contratada a COBRAPE que é ligada aos ex-diretores da SABESP, conforme foi veiculado em artigo publicado na Carta Capital. Em consequência disto, afirmou, a avaliação da viabilidade do empreendimento será comprometida. Disse o promotor, Doutor Rodrigo, na audiência de Campinas, solicitou a suspensão das audiências públicas pela falta de informação, e mesmo assim, estão sendo realizadas. Em resumo, a sociedade está por si mesma, porque a CETESB avalia a viabilidade, mas mesmo existindo irregularidades e falta de informação avaliza as audiências públicas. Afirmou que o CONSEMA promove audiências públicas de empreendimentos, mesmo com informação faltantes, ou mesmo não legalizadas, como ocorreu em Campinas, em 2012, com a audiência referente a Gleba 2, não cadastrada. Afirmou encontrar-se tudo registrado no Youtube. O Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual atestam problemas e ilegalidades, mas mesmo assim, tudo prossegue. Afirmou que tudo o que mencionou encontra-se documentado em vídeos de todas as audiências e também em blogs. Prontificou-se a encaminhar os links para acesso aos materiais, no caso de alguém não encontrar tais materiais. Afirmou que possui os áudios com as participações da Doutora Sandra Kishi, da representação do Michel, do pedido de suspensão do Doutor Rodrigo, e que a água da REPLAN vai para a Braskem. **Paschoal Aparecido Lonner** teceu agradecimentos aos que autorizaram a projeção de alguns vídeos. Retomou ao que Tereza Penteado apontou sobre nada ter sido apresentado sobre a REPLAN. Disse ter sido requisitado para empresa a elaboração de projetos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

básicos para construção de barragens do rio Jaguari em 2011 e 2012, pela Petrobrás, Petróleo Brasil S. As informações comprovam, efetivamente, que a água vai para a REPLAN e em seguida é repassada para a Braskem, que não tem outorga para pegar essa água. Em 2012, foi veiculada notícia em jornal que para a implantação das duas barragens, levando em consideração todos os estudos ambientais, as obras completas estariam no valor de 136 milhões e 440 mil. Inclui também a implantação do sistema adutor, como vazão de sete metros no valor de 500 milhões, para início de operação em 2018. Afirmou que tais valores comprovam que essas barragens estão sendo superfaturadas. Outra coisa, o Governo do Estado pediu investimento de 14,8 milhões para o desenvolvimento desse projeto. Mas como o Governo do Estado repassou essa verba da Petrobrás, o suporte financeiro para os estudos e os projetos da barragem, não saiu da Petrobrás e sim do Governo do Estado. Acredita que esse assunto é equivocado. E as barragens que no começo do projeto, custavam R\$ 136 milhões, hoje, conforme demonstrado durante a audiência, passaram de R\$ 760 milhões de reais. Isto significa dizer que o projeto que estava no papel e subiu um absurdo. Cada vez que fazia uma audiência ou fazia um seminário o valor do projeto aumentava em milhões de reais, sem justificativas. Apresentou várias fotos, dentre elas uma de 2011, quando a SABESP abriu as comportas para salvar os barramentos e não se importou em os municípios a jusante. A barragem de Jaguari teve que ser aberta, em regime de urgência, porque havia o risco de romper a de Pedreira. O senhor Mário estava no Seminário em Amparo, quando mencionou a questão da escada de peixe, que inclusive não passaram o projeto aqui para essa Audiência, ele falou, isso está gravado, que Pedreira tem três barramentos e não tem escada de peixe, então quase que não seria necessário construir a escada de peixe, porque no projeto original era um elevador sem o caminhão pipa. Eles mudaram o projeto, fizeram uma escada, para depois fazer o elevador. Isso é a prova, senhor Mário, que essa daí é uma escada de peixe natural que vinha na usina, e os peixes subiam aí. As crianças brincavam de ficar olhando os peixes pularem. Relatou que, em sua opinião, o sistema que eles estão implantando nesse projeto não vai funcionar. Disse ter sido introduzido, há pouco tempo, o repovoamento de dourados. Agora que os peixes começaram a crescer vão acabar novamente com eles. Mostrou a foto da PCH de Jaguari, em 2011, que produzia pouca energia e por uma falha de manobra da SABESP, acabou por provocar a inundação de várias casas. A sorte foi que se tratava de uma casa já estava abandonada. Salientou que o município de Pedreira tem problemas com tratamento de esgoto e as cachoeiras existentes não são utilizadas para as pessoas se banharem, mas sim como um aerador natural para a água contaminada por esgoto. O rio Jaguari é um rio de corredeira com muitas cachoeiras e quedas. A cidade de Bragança e a cidade de Morungaba, localizadas acima, não possuem tratamento de esgoto eficiente, o que é de conhecimento de todos. A água que passa em Morungaba, até Pedreira, é cristalina e limpa. A construção de uma represa ali acabará com a maioria das cachoeiras. A represa, por sua vez, terá a água parada. O esgoto, sem tratamento é lançado a montante, situação que era para a SABESP ter solucionado, na outorga de 2004, mas além de não fazê-lo, sumiram com o dinheiro. A usina Macaco Branco, inaugurada em 1912, na qual trabalhou por sete anos, durante as perfurações e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

sondagem do solo quantos metros, não estou recordando agora, aí disseram que alguns antigos confirmaram, que foi encontrado urânio, não sei que profundidade foi feito, e ela vai ficar bem embaixo dessa barragem, esse urânio. Aqui, o Coordenador de Projeto do Consórcio PCJ na época, aqui não lembro qual ano que foi, mas o Sr. José Cezar Saad, ele deu uma conclusão aqui: “Que o efetivo início da operação das barragens não devem atender o prazo previsto no Plano Diretor de aproveitamento dos recursos hídricos.” Isto ele falou desde de quando tivesse pronto a posse, tivesse de posse, que fosse protocolado na CETESB. O início da operação desses reservatórios está previsto para o ano de 2018, segundo o Plano de Macro Metrópole, após a conclusão dos projetos executivos e dos estudos ambientais novas etapas terão que ser cumpridas, tais como, as Audiências Públicas para aprovação do EIA/RIMA, negociações com o proprietário de terra, coisa que até agora não foi feito, que inundadas e por fim a construção das barragens, e consequentemente enchimento das mesmas. Palavra dele, que ele é o Coordenador de Projeto do Consórcio PCJ, eu não o conheço: *“Acredita que esse processo gaste entre seis a oito anos, isso sem levar em conta a construção do sistema adutor, que a nosso ver é de vital importância para as bacias.”* Até agora ninguém falou nada. Essa é a represa que nós temos, que o senhor Mário Tabata, que é a fio d’água, pode ver que ela está sem a comporta lá, a água está passando direto, está produzindo pouca energia, essa aí é a nossa grande luta, eu com amigo meu, o Ricardo Ferrareta, que ele é engenheiro: Por que não reaproveitar essa barragem? E outra coisa, que barragem de hidroelétrica não precisa ter o 100 metro de reflorestamento, eu não sei porque dizem isso aí. Se vocês notarem bem, não tem nada de reflorestamento nessa barragem, ela está assoreada, está cheio de material poluente no fundo, e ainda esse pessoal está construindo a 10 metros da margem da barragem, se a lei pede 100 metros. **Paschoal Aparecido Lonner** disse considerar o momento importante porque na cidade em que moram é que será introduzida esta barragem goela abaixo. Mostrou o local onde haverá o realocamento de estrada e a desapropriação de uma casa e a pequena mata que seria destruída. Comentou que a outra barragem daria mais segurança para a população porque está localizada há 12 quilômetros antes da cidade, ao passo que a nova será implantada há três quilômetros. Apresentou o montante de dinheiro que veio em 2007 para o plano de tratamento de esgoto e que o último montante liberado ocorreu em 30/07/2013, no valor de R\$ 111 mil. Apesar do sistema de esgoto ter sido construído os emissários não foram terminados. Leu um trecho de da notícia publicada no Diário Oficial Governo do Estado, quando completou um ano da inauguração da ETE, em 2003: *“...assim a cidade acaba de lançar esgoto sem tratamento no Rio Jaguari beneficiando a bacia hidrográfica do Rio Piracicaba, Capivari e Jundiaí. O Jaguari nasce em Minas Gerais... que dá origem ao Rio Piracicaba um dos mais famosos do Estado. o diretor geral da época do SAE José Moretti Neto conta que a vazão média diária de líquido em tratamento 55 litros/segundo, embora a capacidade da estação de 160 litros/segundo...”*. **Paschoal Aparecido Lonner** qualificou esse tipo de propaganda de enganosa quando se afirma que *“... atualmente coletamos 98% de todo esgoto gerado em Pedreira...”*. No texto, comentou ele, informa-se a capacidade de coleta, mas não a de tratamento. O texto também refere que a SAE opera uma estação de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

água que entra direto na cidade do Jaguari há dezenas de quilômetros de distância ETE. Isso também é mentira. Da ETE até a captação de água são apenas três quilômetros e meio, e não dezenas de quilômetros como se diz. **Eneias Xavier**, advogado e morador de Piracicaba disse que gostaria de esclarecer que, como o represamento da água dos cursos que formam o Rio Piracicaba favorecerão a sua cidade, que há tanto sofre com a escassez hídrica, enfrentando uma vazão média de água muito abaixo da média histórica, recebendo volumes de espuma oriundas da indústria de Nova Odessa e Americana, com um odor terrível. Revelou atuar em uma associação de bairro em Tanquã, Piracicaba, que também, assim como vocês, está sendo ameaçada com promessas e maravilhas advindas de um projeto que o Estado de São Paulo pretende, que é o aproveitamento múltiplo de Santa Maria da Serra. Salvo falso julgamento, disse que sua experiência demonstra que os representantes do Estado, prometem mil maravilhas e escondem a parte prejudicial à sociedade. Justificou que sua percepção decorre de toda a experiência vivida, diariamente, com outras populações em estado de ameaça, que não são mais do que números a serem indenizados ou suprimidos. Ao afirmar que a vida, a cultura, a história dessas pessoas não interessa para o Estado e o que interessa, de fato, seria a construção de uma barragem, questionou qual seria o orçamento de uma obra, que não beneficia a sociedade. Estranhou o fato dos dois empreendimentos serem abordados em um único EIA/RIMA e a afirmação de que esse é um modelo adequado de abordagem. Porém, afirmou que este modelo, apesar de ser considerado adequado não contempla o sistema adutor. Lembrou não serem raros, os exemplos veiculados, pelo menos uma vez ao mês, seja no Fantástico ou em outros meios de comunicação, de centrais energéticas, prontas há anos, mas desprovidas de linhas de transmissão. Qualificou isso como dinheiro público desperdiçado. Elaborou algumas perguntas sobre o sistema adutor, dentre as quais: - quantos caminhões serão necessários, qual a capacidade dos mesmos, o número de viagens e o custo mensal para realizar o transporte de peixes necessários nessa logística; quais serão os programas de realocação e indenização para as 27 famílias em Pedreira e 55 em Duas Pontes e também o montante de dinheiro que será destinado para esses fins e os critérios para a repartição dos recursos?; - Porque no slide está escrito “*será analisado caso a caso*” então não foi analisado ainda? Não existe um critério? Vai ser, “vamos ver o que acontece?”; - quais são as garantias e compromissos assumidos pelo Estado para a preservação dos meios de produção da população que vai ser desapropriada? Existe este compromisso ou não? Se existe tem que ser exposto para a população. Estimulou a não acreditar quando disserem que os casos serão analisados, separadamente, pois uma coisa é analisar e a outra é resolver. Relatou que no caso da pequena propriedade da sua mãe, localizada em Elias Fausto, apesar do processo de desapropriação de parte do imóvel, ter ocorrido em 98 quando ele tinha 12 anos. Hoje com 32 anos, apesar de terem prometido analisar o processo, a indenização da sua mãe, saiu somente o ano passado, conforme consta do processo judicial. **Márcia Dias**, moradora do bairro de Dobrada perguntou aonde irão “enfiar este elefante branco para nós” e sugeriu que se investigasse a relação do empreendimento com uma empresa de caminhão pipa, por se tratar de algo muito interessante. Passou a formular alguns questionamentos: “*Pedreira não vai se beneficiar*



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

com a água, vocês engulam isso porque não vai. Amparo não vai se beneficiar com esta água, vocês engulam isto também. Passem isso pra frente. Em Amparo o que foi feito? O prefeito fez uma barganha. Você sabe o que é barganha? Pediu uma outra represa para Amparo, que vai haver mais desapropriação em Santa Maria do Amparo. Então vai ter mais desapropriação e mais árvores cortadas. É isso que Amparo vai ganhar e o prefeito está cumprindo direitinho o trato dele porque ele não está comparecendo e nenhuma audiência, está se escondendo de nós. Esta foi a barganha que ele fez para Amparo. O mesmo peso que tem esses 5 milhões de pessoas que vocês dizem que vão se beneficiar com a água porque isso é mentira, a gente sabe que é mentira, mas vocês continuam dizendo que vai ser. Então esses 5 milhões de pessoas que vão ser beneficiadas com água têm o mesmo peso que nós moradores de lá?”. Afirmou que precisam do lar, das propriedades onde os moradores residem há cinco gerações. Como foi dito, lembrou que ninguém ira devolver tais propriedades e ninguém está preocupado com os moradores. Afirmou que se há interesse de se discutir sobre isso, terão de pagar o preço que for estipulado pelos moradores pois os interessados é que precisam de nós e não nós é que precisamos deles. Ratificou que não adianta mandar pessoas hipócritas, parasitas e desqualificadas para conversar com os moradores, porque, apesar de residirem em zona rural, não são burros. Então se vocês querem aquilo, vão ter que pagar o nosso preço.

Edgar Jorge, morador de Amparo disse entender que este projeto é uma não solução para um problema que não caberia a população do interior de São Paulo passar, somente para resolver a incompetência da administração hídrica demonstrada pelo Governo São Paulo. Só para se ter ideia, lembrou que a área da represa é do tamanho da cidade de Amparo. Ou seja, reforçou que, estamos perdendo uma Amparo por causa de uma represa que não vai beneficiar em nada a nossa cidade, ao contrário, vai alagar uma área nobre, muito nobre, muito bonita, cheia de recantos e remansos onde lá se vê pássaros, onças... Reclamou que tudo está sendo tratado como se fossem números assim como mostrou a pessoa que o antecedeu. No entanto, ponderou que a onça parda, onça pintada, tucano, veado, lobo, dentre outros, não são só para se ver em fotografia. Pelo contrário, são riquezas naturais que a gente não pode deixar que a água, que inundações seja mais importante do que isso. O problema hídrico pode ser resolvido em São Paulo através de uma melhor gestão da SABESP, que perde muito mais água em vazamentos do que a quantidade geral que vai ser gerada e que vai ser adicionada através destas barragens. Então, defendeu de que é preciso que a população se mobilize um pouquinho mais, porque não é que está faltando água, está faltando competência para administrar a água. Protestou contra a invasão e inundações de áreas ricas da natureza de Amparo, que é uma cidade detentora de um turismo rural com lindas fazendas. Por essa razão, alertou ser esta uma não solução para um problema que tem que ser tratado de outro modo, em outro lugar e por outra motivação que não tirar a água suprir a REPLAN. **Guaraci Diniz Júnior** disse ter acompanhado, tanto pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente, como pelo Conselho da APA, as questões relacionadas ao plano de manejo sobre o estabelecimento de normas tanto ambiental quanto social, mantendo-se atendo também a dimensão econômica. Disse que ao ver as apresentações realizadas, acerca de um ano e meio, ficou



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

assustado da forma extremamente superficial com a qual os órgãos tratam este sistema. Disse que teria vergonha de apresentar um EIA/RIMA, deste nível com tantas informações faltantes e com a falta de planejamento, com o qual foi feito. Como foi dito pelo promotor do GAEMA de Campinas, há 40 anos se sabe que não falta água e que não vai faltar água, o que falta é conservar a água. Destacou se tivesse conservação de água não precisaria fazer caixa d'água. O plano da macrometrópole do Governo do Estado, apesar de suas centenas de páginas em nenhum momento reporta a necessidade de conservar a água, somente de se construir barragens. Está previsto mais de dezenas de barragens, ou seja, de planos de ocupação da bacia, no entanto, não são feitos planos de distribuição da população. Achou assustador como, apesar da disponibilidade de recursos, tanto tecnológicos quanto humanos, ainda nos encontramos neste nível. Quanto aos recursos financeiros, ofertou como exemplo que a Fundação Florestal recebeu 780 mil reais para fazer um plano de manejo, por dois anos para vinte e três cidades. Comentou que duas barragens, desse tamanho receberam 14 milhões. Julgou não ser possível que, na parte técnica não serem colocadas algumas informações, que sabemos já existir. Por exemplo, com relação à flora e fauna dessa região, o EIA/RIMA cita a existência de algumas espécies ameaçadas de extinção. Apesar disso, foi dito na última apresentação que a fauna será afugentada. Quanto a flora, por meio do Programa Biota FAPESP foram identificadas áreas de conexão para desenvolver a recuperação. Foi identificado dentro destas duas áreas fragmentos que estão no nível 5, ou seja, um próprio programa do governo do Estado identificou a necessidade de serem mantidas aquelas áreas de e prevê colocar em cima delas uma barragem que vai tirar esta conexão. Com relação ao solo, embora a análise realizada não tenha sido apresentada na audiência de hoje, tem-se dito que a previsão de vida útil da barragem, considerando que ela não esteja completamente cheia de sedimento, é de centenas de anos. Como exemplo da intensidade de sedimentação, citou a barragem dos Feixos que no momento da reativação, há cinco anos, apresentava 8 metros de nível útil. Hoje, no entanto, ela tem de 3 a 2 metros de profundidade. Levantou a questão da contaminação das águas por esgoto não tratado e pelos agrotóxicos provenientes dos principais afluentes da margem do rio Camanducaia que formam a primeira parte da barragem. Como parte desse sistema hídrico, lembrou que o posto de saúde localizado na microbacia do Ribeirão do Mosquito, vem registrando, há 10 anos, o maior número de casos de doenças decorrentes de contaminação por agrotóxicos. Comentou, caso o que havia sido estipulado na outorga anterior, de 2004, pela SABESP, de recuperar a área tivesse sido cumprido. Outra questão a ser considerada é a probabilidade de começar a chover novamente, por conta da variação da atividade solar. Mesmo que chova, teremos somente água para encher algumas caixas d'água, mas isso é garantia de que o nível de água retorne aos parâmetros normais. Retomou que, na última apresentação o Sr. Mário Tabata expôs que nível de operação desta represa podia variar desde o nível máximo de água até o nível zero. Trouxe a lembrança o fato de se tratar de uma barragem que não é de manutenção de água mas sim de regulação. Então na medida em que for necessário abrir os pequenos braços do Rio Camanducaia e o maior do eixo do Rio Pantaleão este vão praticamente secar, mantendo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

um nível, aproximado, de 3 a 7 metros de altura. Quando baixar só um pouquinho e liberar a barragem, esses braços vão ficar totalmente um brejo, condição para proliferação de vetores de doenças, problema que já se tem hoje, que será em muito aumentado. Observou que tais questões, não foram observadas no estudo de impacto ambiental; a metodologia aplicada deixa muito a desejar na questão biótica por faltar uma série de detalhes; em três mil hectares de área de influência direta, apenas 11 parcelas de vegetação foram observadas para identificar o que tinha de vegetação nativa e falar de manejo. Na hipótese de ocorrer uma cheia agora, haverá a necessidade de se abrir a barragem, como foi apresentado na presente audiência, por meio de fotos, o que aconteceu há 4 anos. Nesse evento, foram abertas as comportas de Amparo, o que ocasionou inundação da beira do rio Camanducaia. Comentou que Arcadas, que recebe as águas da bacia do Mosquito provocou, há dois anos, uma enchente. Questionou o que aconteceria com o distrito de Arcadas, caso essa água fique parada. O que irá acontecer com o esgoto que a montante, era oxigenado pelas corredeiras existentes, mas agora não será mais. Concluiu que, devido à queda do nível de oxigenação da água, tudo ia mudar: a quantidade peixes e de outros animais que havia antes da alteração do ecossistema. Por essas razões, observou-se que este projeto tem tudo para não dar certo. Já que se tem tanta certeza quanto a implantação do projeto, sugeriu que se incluía um item de compensação ambiental e que os técnicos sejam responsabilizados civil e criminalmente. **Rogério Catanazi**, vereador de Amparo disse que desde 2011, quando era presidente da Câmara, vem acompanhando, com preocupação, essa questão da barragem, principalmente do lado de Amparo. Afirmou que a questão vem sendo conduzida com falta de transparência e a documentação, somente obtida por meio do Ministério Público, e mesmo assim digitalizada e incompleta. Reclamou quando se pede a documentação na CETESB, parece que se está pedindo esmola, fato que não deveria ocorrer. Disse que a construção de Barragem em Santa Maria o pegou de surpresa. Até onde sabia, é que iriam fazer uma estação de tratamento e captação de água do Córrego do Jaburu. Afirmou que a cidade de Amparo não será beneficiada. Disse conhecer bem a região e ofertou um exemplo que Três Pontes não tem estação tratamento de água porque se tiver, já é bem antiga. Essa cidade também tem pontos de água a serem exploradas, mas nada é proposto para se construir lá. Queixou-se de que o Governo do Estado apesar de ter sido eleito por conta dos 80% de votos de Amparo, só aparece lá de vez em quando. Sugeriu a realização de audiência pública para o distrito de Arcadas. Reclamou que não adianta fazer a audiência na casa do médico, porque ninguém vai. A audiência tem que ser na Câmara Municipal, de forma que possa ser gravada pois é equipada de forma adequada para isso. Afirmou que não foi informado sobre a audiência, e também pelo fato de ninguém ter sido convidado, inclusive a Câmara Municipal de Amparo, que ninguém recebeu o convite. Disse que gostaria de falar sobre a falta de transparência do processo. Revelou que sua expectativa é de que sejam realizadas mais audiências públicas porque não há como analisar 16 volumes de EIA/RIMA em prazo reduzido. Observou que nem quando o promotor solicita a suspensão do processo e de licitação, não é atendido. Disse ter certeza de que Amparo e Pedreira também não serão beneficiados, mas outras cidades serão, tal



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

como Paulínia. Amparo poderia, por exemplo, ser beneficiada se fosse implantada uma estação de tratamento de água, ajudado o hospital ou o Grêmio. Esses benefícios poderiam ajudar a cidade a se desenvolver. Lembrou que as eleições estão chegando e espera que o prefeito compareça mais vezes e não apenas para pedir votos. **José Luis Serra**, vereador disse que como homem público e cidadão pedreirense, esclareceu que é na audiência pública temos aqui o direito de nos manifestar, mas não de decidir. De acordo com o que entendeu o projeto, já está pronto. A barragem será construída de uma forma ou de outra. Disse acreditar que para se fazer a barragem Amparo/ Pedreira deveria haver uma consulta popular por meio de uma eleição ou plebiscito para saber se a população de Amparo e Pedreira aceitam ou não a construção dessa barragem. Afirmou que o processo está seguindo sem que se ouça a população de Amparo e Pedreira, principalmente, o que denota o retorno do regime autoritário, apesar de estarmos vivendo em uma democracia, no qual se tem liberdade de expressão, de acordo com a Constituição Federal. Passou a discorrer sobre as desvantagens do Projeto para o município de Pedreira. Disse que Pedreira seria favorecida se o asfaltamento entre as cidades próximas fosse estendido. Afirmou que apesar de receberem muitos turistas, a cidade não está enquadrada como uma cidade turística, fato que poderia ser alterado. Apesar de estarem às margens do Rio Jaguari, os turismos rurais não foi nem será implementado. Mas todos esses sonhos vão acabar. Questionou sobre o que a construção desta barragem irá oferecer de bom para o município além das águas. Acredita que para promover o turismo local, deveria ser deixado uns 50 metros de margem na barragem, a ser doado para o município. Prover o local de um estacionamento de áreas de lazer para os turistas. Sugeriu que se faça um projeto de paisagismo. Se não for dessa forma, o município não será beneficiado em nada. Disse que a região da fazenda, mais conhecida como a fazenda do Pupo, seria o local ideal para fazer a barragem, por ser uma fazenda, que tem poucos moradores, que não residem o ano todo no local. Por outro lado, em Inatuba e Duas Pontes muitas gerações vem passando e morando ali, vivendo ali, plantando suas árvores, seus frutos. Estes moradores, serão praticamente, despejados de um lugar que eles têm uma escritura, que são proprietários. Considera isso um desrespeito com a pessoa humana. Por esses motivos perguntou a razão pela qual não se implanta a barragem em Pupo que dispõe de uma área enorme para isso, ao invés de Pedreira. Pediu para discutir com os engenheiros sobre essa possibilidade. Disse que a população de Pedreira e Amparo estão descontentes. Pontuou novamente sua posição clara de que o processo está sendo feito de forma autoritária, desrespeitando o regime democrático, e por essa razão posicionou-se ser contra a construção dessa barragem. **Celso Minoru Aoki**, informou que tinha a intenção de fazer uma apresentação após a da consultoria para responder alguns dos questionamentos feitos, inclusive, da audiência passada. Quanto à minha apresentação, foi comentado que não fiz nenhum comentário com relação ao caso REPLAN. Na audiência anterior eu tinha feito o primeiro slide contando um pouco a história dessas barragens. Primeiramente exclui aquele slide porque o tempo da minha fala é de 15 minutos e tive que introduzir outro slide, que foi pra mostrar o sistema adutor regional, que caberia alguns comentários importantes neste contexto porque a gente está



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

sentindo que existe um posicionamento no sentido de que estas obras estão sendo feitas para benefício exclusivo ou prioritário para a REPLAN, e Braskem. No meu entendimento, eu não concordo com isso, pelo menos naquilo que me foi passado a desenvolver, acompanhar o desenvolvimento do projeto executivo e o EIA/RIMA destas barragens. O que me foi colocado, foi que estudos anteriores que o comitê das Bacias exigiu da Petrobras, que fizesse aquele estudo de habilidades. E este estudo de viabilidade indicou estes dois eixos como os mais viáveis para a implantação. Depois o estudo que foi feito no âmbito da macrometrópole também levou à conclusão que nas bacias PCJ os investimentos mais favoráveis seriam a construção destas barragens. Então a minha missão foi, quando o comitê de bacias PCJ aprovou o projeto básico apresentado repassou para a secretaria, e a secretaria por sua vez, por determinação do Governador, passou para o DAEE implantar, tomar as providências para viabilizar a obra, contratar um projeto executivo, estudos ambientais e tudo mais... então a gente entra a partir deste momento e vamos tentar fazer o projeto da melhor forma possível. Que traga realmente aquele benefício todo para a bacia como um todo. No meu entendimento sincero eu não sabia nada dessa história que vocês estão falando, que a Braskem, que a REPLAN... pra mim sempre foi, sempre recebi a mensagem de que o benefício para a bacia do PCJ como um todo. Também foi nos colocado que o sistema adutor PCJ faz parte do projeto e chamamos isso tudo de sistema produtor PCJ, que é constituído pelas duas barragens mais o sistema. Não podemos aceitar sua barragem sem ter o sistema adutor, este é um ponto que acho importante. Sinceramente eu não tinha nenhuma notícia disso, de REPLAN não sei o que lá... Meu papel é esse. vocês podem vir aqui, por exemplo, a localização das duas barragens, uma no rio Camanducaia e a outra no rio Jaguari. Realmente, se for fazer só as barragens, só os municípios (inaudível) vão ser beneficiados. Então a única forma atender aqueles objetivos comitê do PCJ traçou, aumentar a disponibilidade hídrica nas bacias PCJ, é fazer o sistema adutor, senão não tem sentido isso. Então coletamos aqui alguns números, por exemplo, o comitê autorizou a captação na REPLAN adicional de 175 litros por segundo... (interrupção do plenário). Então, a REPLAN solicitou o aumento da captação de 1.770m³/h para 2.400m³/h, esta diferença 630m³/h corresponde a uma vazão em litros por segundo de cento 175 litros por segundo. No meu entender, acho mais fácil a gente entender uma vazão de 175 litros por segundo do que uma vazão de m³/h. O acréscimo de vazão garantido para as bacias PCJ com a implantação das barragens é de 9000 litros por segundo. Então esta parcela de 175 litros por segundo que foi solicitada a mais na captação corresponde a um percentual muito pequeno em relação aquilo que as duas barragens vão produzir. É uma porcentagem de 1,94%. Então esta foi a questão que foi levantada do porquê não ter comentado o caso da REPLAN, porque a gente já planejou apresentar este slide aí. Com relação à escada para os peixes, foi colocado aqui quem vai pagar esse transporte de peixe em caminhão do final da escada até o reservatório. Na verdade, pra começar, esses estudos que contratamos de viabilidade técnica, econômica e ambiental do sistema adutor PCJ, alguns dos objetivos deste trabalho é achar o melhor arranjo desse sistema também do sistema institucional, ou seja, qual vai ser a Entidade



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que vai operar. Alguma entidade tem que operar. E esta Entidade que vai operar essa escada de peixe, essa transposição de peixes vai ter que arcar com os custos. Eles vão saber que vai estar embutido estes custos, isso não é nada escondido. E essa operação só vai acontecer no período da piracema, que é o período que os peixes fazem a migração para a desova, que vai de outubro a março de cada ano. Aqui tem o slide do sistema adutor, já fiz a apresentação dele na parte inicial. Então tem lá *“a decisão governamental do Governo do Estado de São Paulo, pelas obras destinadas aumento da disponibilidade hídrica da região do PCJ compreende: as barragens Pedreira e Duas Pontes mais o sistema adutor...”*, elas estão intrinsecamente associadas umas às outras. Então não é possível falar em barragem sem ter um sistema de distribuição. *“Os estudos alternativos a serem contemplados nos estudos do sistema adutor visam identificar a melhor solução técnica, econômica e ambiental para o sistema como um todo”*. E depois; *“as características principais do sistema adutor serão objeto a seu tempo de ampla consulta”*. Repetiu outra questão levantada por um dos que fizeram uso da palavra relacionada a forma com que será apresentado o projeto, sem informações sobre o sistema adutor, peça fundamental que somente ficará pronta em abril. Já poderia se começar a fazer o projeto básico executivo do sistema adutor, mas pela complexidade deste sistema, que irá abastecer vários municípios, será preciso inicialmente realizar um trabalho extenso de coleta de dados e de informações de cada município da PCJ, para que se conheça as atuais disponibilidades e demandas. Em função disso é que poderá ser feita alguma concepção de traçado. Afirmou que, de nada adianta se fazer um traçado rápido, pois corre-se o risco de levar água para um lugar que não precisa, sendo assim um gasto de dinheiro, a toa. Este estudo de viabilidade, na verdade, é um estudo para escolher a melhor opção de traçado desse sistema adutor, melhor solução em termos de arranjo institucional e assim por diante. **Mario Kazunori Tabata**, da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, disse que estava prestando Assessoria Técnica ao DAEE, na condução desses projetos, inclusive, do sistema adutor regional. Explicou que o estudo está sendo conduzido pelo Celso de forma a obter a melhor solução em termos de traçado, inclusive, da gestão do sistema como um todo. O sistema de transposição de peixe foi dispensado em razão do reservatório ser de regularização com depleição do nível de montante durante o ano. Essa característica torna impossível o atendimento desse sistema unicamente com escada. Explicou que por causa da altura das barragens, o peixe não vai conseguir subir 50 metros, sendo necessário buscar a melhor solução. Disse que o engenheiro agrônomo e coordenador dos estudos ambientais do EIA/RIMA das Barragens Pedreira e Duas Pontes informou que o melhor sistema seria o de elevação de peixe como se fosse uma eclusa o funcionamento. Em uma etapa posteriormente do projeto executivo, o consórcio optou por um outro sistema fazer a transposição dos peixes que será mostrada, posteriormente, exemplo de onde já foi utilizado. Retomou a informação de que o nível da água do reservatório varia entre o nível máximo das comportas até o último nível da tomada d'água. Explicou que a tomada d'água tem três comportas menores para permitir que se colete sempre a água de melhor qualidade. Desta forma o nível de água, nunca chegará a zero porque a tomada d'água, o último nível está



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

sempre acima do nível zero. Sendo assim, não haverá como o reservatório chegar no nível zero. **Aluizio Canhole** coordenador geral e responsável técnico do projeto perante o CREA passou a esclarecer algumas dúvidas que apareceram durante a audiência. Sobre as três séries históricas do projeto básico disse existirem três, que podem ser consideradas representativas. Uma delas é a série que foi adotada na época do projeto básico estava disponível, correspondente a série 1930/ 2003 que foi utilizada na fase final do projeto executivo. Sobre a incerteza de qual seria o efeito destes últimos anos secos nessas séries históricas e, por conseguinte, no próprio dimensionamento do nosso projeto explicou que foi feito, nos últimos dias, um esforço para se conseguir as últimas série até o ano de 2014, para verificar qual seria o efeito da regularização de vazões que estava prevista no nosso projeto executivo que vai até 2012. Apresentou as três curvas de regularização, que são bastante coincidentes. Discorreu sobre fato de se ter em 78 anos apenas um ano de 2014, muito seco. Este ano seco, no global da regularização, do potencial de regularização do reservatório acusou para uma precisão, para um nível de falha de 98%, tem 2% de falha, diferença essa que não ultrapassa 0,2m³/s. O ano de 2015 já é bastante próximo de um ano médio. Explicou que é bastante ruim para um projeto de regularização quando se tem longos períodos consecutivos de anos secos como a gente teve no Brasil, considerado pelo setor elétrico nacional, o período de 1949 a 1956. Foram, portanto, sete anos abaixo da média. Tivemos o ano de 2012 um pouco acima da média; o ano de 2013 um pouco abaixo da média; o ano de 2014 bastante abaixo da média. O ano de 2015, no entanto, as vazões médias afluentes, já se aproximam da média da série histórica. Desta forma, com um impacto reduzido nas curvas de regularização, fica respondida a dúvida da senhora quanto ao que foi exposto pelo biólogo Michel. Com o auxílio de um slide mostrou as três séries de 1930 a 2003, 1930 a 2012 e 1930 a 2014 que fazem parte da verificação feita nesta semana que envolve também a operação do Cantareira para se compor estas séries históricas de vazões. Mostrou a vazão de garantia que não passa de 98% de garantia, passou de 8.46% para 8.38%, no caso de Pedreira. No caso de Duas Pontes, passou de 8.72% para 8.57%. Portanto, ressaltou que ficou, realmente, abaixo de 0,2m³/s quando os dois períodos históricos são comparados. Explicou que a cada ano muda esse panorama, porque a cada ano você vai tendo uma situação hidrológica diferente, pode ser mais úmida ou menos úmida. Quanto a dúvida do valor total pago nos estudos, esclareceu ter sido de R\$ 14.800 milhões. Desse valor, aproximadamente 11 milhões corresponde ao plano executivo das duas barragens e 3.800 milhões para o EIA/RIMA dos dois empreendimentos. Afirmou serem esses valores de mercado. São valores plenamente compatíveis com a extensão e a complexidade desses dois projetos, que envolve área de sondagens, serviço de campo, estudos hidrológicos, estudo de fauna e flora. São centenas de técnicos que fazem parte destas equipes técnicas. É um esforço plenamente compatível com esse tipo de remuneração. Em resposta a solicitação da promotoria para que fossem apresentadas quais seriam as empresas contratadas, chamadas de terceirizadas explicou, que no fundo não tratar-se de terceirização mas sim de uma subcontratação porque são serviços especializados, que fogem muito do escopo geral daquilo que oferecem as firmas de engenharia ou de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

consultoria, existente no mercado. Portanto, faz-se necessário contratar estes serviços especiais. Então o Consórcio e o Hidrostudio Themag fizeram toda a coordenação juntamente com engenheiro Ricardo Ruiz, responsável pela apresentação. Os levantamentos de qualidade das águas e do sedimento, da vida útil da barragem e de sedimentação do reservatório, por sua vez, foram realizados pela firma Econsult Estudos Ambientais cuja responsável é a bióloga Vilma. A modelagem de qualidade de água foi elaborada pela Hidroambiental Estudos e Projetos, cujo responsável é o engenheiro civil Humberto Teixeira. O meio biótico foi elaborado pela Oiti Consultoria Ambiental. O levantamento da ictiofauna foi elaborado por uma consultoria independente. Os levantamentos do patrimônio histórico, cultural e arqueológico foram elaborados pelo Dr. Wagner Gomes Bornal, que é uma grande autoridade brasileira nessa área. Os estudos socioeconômicos foram feitos pela VRL Arquitetos. **Aluizio Canhole** esclareceu que os estudos econômicos foram feitos pela VRL Arquitetos Associados por solicitação da promotoria do GAEMA. Discordou das afirmações de que o projeto executivo original teria sido alterado o que não é verdade. Explicou que o projeto executivo evoluiu para que se aproveitasse o volume de espera. Foi um conceito técnico desenvolvido no projeto básico e que foi otimizado na fase do processo executivo. Passou a explicar como era o projeto básico. No projeto básico não havia comportas e isso fazia com que em qualquer cheia provocasse a elevação do nível d'água do reservatório para que essa água passasse por sobre o vertedor. Desta forma, o volume sempre teria que ser contido, porque eventualmente ocasionaria inundação. O tempo todo se teria um volume de ar esperando aguardando a chegada de uma cheia. Na fase do processo executivo foram feitos novos estudos, posteriormente aprovados pelo DAEE. Da proposta inicial de volume que soma 20 milhões de metros cúbicos de água das duas barragens, passou-se a considerar também este acréscimo de volume como volume útil, sem alterar a cota da crista da barragem. A altura da barragem não foi alterada. Foi utilizado somente o volume de espera para a cheia como um volume útil permanente de água, desta forma, foi possível aumentar, de 8m²/s de vazão regularizada para 9m²/s, pelo menos. Tivemos um ganho de 1m²/s, com um pequeno acréscimo de custo, referente a implantação das comportas, mas todas as outras estruturas permaneceram como eram. A inundação denominada de *maximorum* ficou igual porque na ocasião de cheia máxima as comportas ficam abertas e a enchente passa com os mesmos níveis. O volume de ar de espera será, permanentemente, preenchido com água e operado com estas comportas. É por essa razão, que a área inundada no projeto básico, que era considerada só aquela área sem nenhum nível de vertimento teve que subir para a área inundada do nível *maximorum*, mas que já seria atingido antes, que já estava dentro da área de preservação, porque um dia ou outro teria que chegar lá, como previsto. Então, isso fez com que o passasse do básico para o executivo, volume útil do reservatório Pedreira passasse de 26.3% para 31.9%, um aumento de 21% no volume. E o volume útil do reservatório de Duas Pontes passou de 41% para 53%, que significa mais água. Então não foi o EIA/RIMA que alterou o projeto. O EIA/RIMA teve de ser adaptado às novas condições do nível de água estipuladas no projeto executivo. Foi também aventado o receio de ocorrer a ruptura da barragem. Lembrou que o DAEE há



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

mais de 30 anos, opera onze grandes barragens no Estado de São Paulo. A maior parte delas encontra-se na zona leste de São Paulo, há montante da cidade, próxima de Mogi e de Itaquá. Os critérios técnicos utilizados para dimensionar e operar estes barramentos são internacionais. A probabilidade da vazão máxima ocorrer é de um sobre dez mil. Caso ocorra, a água passará pela barragem com segurança tanto na barragem de Duas Pontes, quanto a de Pedreira. Todo o funcionamento hidráulico das duas barragens já foram estudadas em modelo reduzido, na cidade de Turim, na Itália. Os vídeos e os relatórios desses experimentos estão disponíveis para consulta. O que ocorreu com a água no vertedouro de Macaco Branco que foi mostrado aqui, não correrá em Duas Pontes e Pedreira, assim como não ocorreu em qualquer barragem que o DAEE opera ou nas grandes barragens brasileiras que adotaram estes mesmos critérios adotados no presente projeto. Explicou que a barragem de Pedreira é totalmente apoiada em rochas, de excelente qualidade, por isso não há a menor possibilidade de ocorrer uma ruptura de fundação. É um maciço rochoso, de acordo com o que foi mostrado em fotos. Está cheio de rochas, por isso que se chama Pedreira. No caso de Duas Pontes, buscou-se um solo duro, mas não tem estrutura de concreto que pesa muito, é só estrutura de terra. Pedreira, por sua vez, tem um vertedouro de concreto, que é o vertedouro escada e na o vertedouro foi implantado em cima de um canal. Então é um projeto totalmente adaptado às condições geológicas e hidrológicas de cada sítio, que garantem 100% de confiabilidade. Hoje existe uma lei federal, que é a lei 12.334/10, que criou o Sistema Nacional de Informação sobre segurança de barragens. Portanto, toda barragem tem que ter pelo seu proprietário um controle permanente e 24 horas por dia de condição dos níveis da água, condição de operação de vertedouro, condição de manutenção de comportas. Todo o mês é mandado o relatório mensal para Brasília em atendimento a lei federal. Então esta hipótese de colapso, de ruptura hoje é uma coisa de uma probabilidade praticamente zero ou zero. Existem vários graus de segurança tanto na fase de projeto, como na fase de operação e a manutenção tem que ser dada à barragem. **Ricardo Fioritto** disse que muitos assuntos ambientais foram tratados durante a audiência e uma deles foi o plano de conservação e do estudo dos reservatórios artificiais de barragem, o famoso Pacuera. Esse plano consta dos programas ambientais apresentados no volume 5 do EIA. Este Plano trata-se de uma obrigação legal, prevista na Resolução CONAMA nº 302/2002 e tem que ser cumprido, ao longo do licenciamento ambiental, não necessariamente na licença prévia. Com base nos estudos do EIA, o órgão ambiental licenciador imitará um termo referência específico para fazer este estudo. O Plano de Pacuera obedece um plano de conservação, de uso do solo da área de entorno, com uma faixa de 100 metros de APP. O Plano prevê que até 10% da área seja utilizada para outros fins, que não reflorestamento ou manutenção de mata nativa. Em função disso, algumas surgem algumas coisas que também foram comentadas por outros oradores de que, dependendo da topografia, do relevo e da preservação dessas encostas seriam utilizadas partes de áreas destinadas a outros usos, inclusive recreacional. Isso vem acompanhar também os anseios da comunidade do potencial turístico que se apresenta na região. Esses reservatórios podem ser sim utilizados. Tem que fazer um planejamento adequado pra que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

esse uso preserve tanto a água que vai ser para consumo, como o meio ambiente do entorno do reservatório. Outro senhor falou, que juntamente com todo esse potencial turístico está associado também a ligação da cidade de Pedreira com Campinas, com o bairro de Sousas. Na barragem de Pedreira tem uma estrada pela margem direita que acompanha todo o traçado, no primeiro terço atravessa o rio para a margem esquerda indo e passando pelo município de Campinas indo até o bairro de Sousas. As estradas que serão afetadas são recompostas. Tem um plano para a recomposição da infraestrutura afetada. Inclusive no próprio Eia já tem uma primeira proposta de localização dessas estradas, tanto pela margem direita como pela margem esquerda que recomporia essa ligação com o braço que dá acesso hoje para Campinas. A princípio o acesso para Campinas com o potencial de uso de ambas margens, a população residente acima do nível do reservatório da APP, terão garantido o acesso a Pedreira, como também a população de Pedreira para Campinas. A escada para peixe do projeto básico era composto de duas etapas, sendo uma delas a escada de peixes até determinada altura até um sistema de elevação composto de um elevador para transportar o peixe até o nível de operação do reservatório. Ao longo da análise do projeto executivo, verificou-se que a mortalidade de peixes é muito elevada na última fase da caçamba antes do elevador da escada de peixes. O outro processo, que seria o deplecionamento a ser instalado há, aproximadamente, 21 metros das barragens de Pedreira e Duas Pontes, exige estruturas diferenciadas que além de torna-lo caro, o tobogã que faz parte do sistema para trazer os peixes, do nível mais alto até o existente no momento da operação, é outro ponto de estresse que leva a morte dos peixes, nessa passagem. Por essas razões, o melhor sistema comumente utilizado no mundo e também no Brasil, é o sistema de escada de peixe com um caminhão tanque para fazer a transposição, como é utilizado na usina de Porto Primavera, operada pela CESP e localizada na divisa de São Paulo com Mato Grosso do Sul. O projeto que está em construção atualmente no Jirau, no Rio Madeira, também tem um sistema de escada de peixe com transposição de caminhão. A PCH localizada em Santa Clara, em Minas Gerais, também opera, há alguns anos com esse mesmo sistema, com pleno sucesso. Citou que o professor Ângelo Agostino, um dos principais especialistas de ictiofauna, no Brasil em termos de reservatório, também recomenda esse sistema de transposição. Passou para o esclarecimento de outros pontos questionados. Quanto a compensação da geração da energia elétrica, pela perda de potência das usinas de Macaco Branco e Feixos, em decorrência da altura das futuras barragens de Pedreira e Duas Pontes, explicou que essas duas barragens têm a capacidade de gerar 5 e 3 megawatts, respectivamente, bem mais do que a capacidade da potência instalada de Feixos, de 1.8 megawatts e de 2 megawatts de potência instalada, em Macaco Branco. Afirmou que, a qualidade da água foi um dos capítulos mais aprofundados do EIA das duas barragens. Estudou-se, exaustivamente, a presença de agrotóxicos, metais pesados e uma série de outros componentes, e em todos, apesar de ter aparecido alguns parâmetros acima dos padrões das resoluções CONAMA, em nenhum momento tais resultados chegaram a comprometer a qualidade de água do reservatório. Quanto a preocupação de o reservatório sofrer rápido assoreamento, explicou que as taxas de geração e carreamento



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

de sedimentos nas bacias de contribuição tanto de Pedreira quanto de Duas Pontes são relativamente baixas e dentro dos padrões observados no Estado como um todo. De acordo com os estudos preliminares a captação das tomadas de água nas comportas verticais, com altura de 9 metros, os reservatórios têm um potencial de assoreamento acima de 100 anos, muito mais acima, são de novecentos anos. Quanto as enchentes em Arcadas e Amparo lembrou ser objeto de um capítulo especial do volume 1, tomo 1 do EIA. Relatou que já era sabido, quando os estudos foram iniciados em 2011, que haviam ocorrido sérias enchentes em Pedreira, Amparo e Arcadas, justamente pela proximidade e possibilidade do reservatório criar o represamento. Por esse motivo a equipe de hidrologia do reservatório elaborou um estudo de remanso. A partir desse estudo verificou-se que as enchentes de Arcadas não estão associadas às enchentes do Camanducaia, mas sim em função da bacia de contribuição do Mosquito porque as cheias aconteceram na parte alta, da estrada para o montante, não vieram represadas a partir do Camanducaia. Já foi corrigido o traçado e retificado o rio Camanducaia, dentro da cidade de Amparo, onde tem as indústrias e até mais da metade da cidade. Parte do problema das enchentes decorreu por conta da falta de limpeza e de retirada do sedimento que causa o assoreamento desse rio e também pela cheia, pela liberação de água que aconteceu dessa vez no Cantareira. Portanto, o reservatório com remanso de Duas Pontes termina muito antes de chegar no córrego Mosquito. As variações do rio, a montante, são similares tanto com reservatório quanto sem o reservatório. Afirmou que a influência do reservatório, a partir disso é nula. **Vilma Cavinato**, responsável pelo estudo de qualidade das águas e sedimentos, passou a dissertar sobre a qualidade das águas dos reservatórios, do Rio Camanducaia e do Jaguari. Lembrou que a qualidade das águas é reflexo, tanto das cargas da fonte poluidoras urbanas, quanto das fontes poluidoras rurais. De forma sintética informou que o levantamento das cargas urbanas foi realizado a partir de dados secundários, disponibilizados pela CETESB. Também foi levado em conta as cargas poluidoras difusas que são mais difíceis de serem quantificadas. Foi levado em conta as cargas geradas efetivamente e aquelas cargas remanescentes, ou seja, cada município tem uma carga gerada, a carga que foi tratada e a carga, lançada nos rios. A etapa posterior foi a de diagnóstico na qual foram realizadas duas coletas, no mês seco e no mês chuvoso, várias amostragens para análise de toda a série de parâmetros previstos na Resolução CONAMA. Os parâmetros em não conformidade foram, principalmente, os coliformes, devido como se sabe a contaminação por dejetos de animais. Levou-se em conta o teor de poluição dessa carga para a elaboração das modelagens matemáticas para avaliar o impacto ambiental das barragens. Nos estudos de modelagem matemática foram considerados três fatores sendo eles: a parte da água afluente com todos os dados da CETESB de 2011, 2012 e 2013; os dados de duas campanhas de qualidade da água; e o uso do solo do reservatório. Chegou-se a conclusão que, além do controle dessas cargas pontuais e difusas, deveria também se fazer a limpeza do reservatório. A partir dessas informações foram estipuladas as medidas mitigadoras que, ou seja, as medidas a serem adotadas para permitir o fornecimento de água à população, dentro dos padrões de potabilidade. Dentre as medidas mitigadoras foi apontada a necessidade de implantação



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

de sistema de tratamento de esgoto nas zonas urbanas da bacia. É mencionado no estudo de impacto ambiental, que de acordo com o plano de bacias, as metas para a recuperação de qualidade de água dessas bacias envolve ampliação o sistema de tratamento de esgoto, para, pelo menos, 95% dos municípios atendidos. Para o controle das cargas difusas associadas principalmente à atividade agropecuária e principalmente pecuária, será realizada a restauração da vegetação ciliar porque ela tem a capacidade de filtrar essa carga de sólidos, de coliformes, e eventualmente algum resíduo que tenha sido aplicado na lavoura. Foi contemplada, dentro da ampla listagem de parâmetros, a análise de urânio, toda série de agrotóxicos que é preconizada pela resolução CONAMA. Todos os resultados das duas campanhas realizadas os resultados obtidos, ficaram abaixo do limite de detecção do método analítico. Desta forma, têm-se a segurança de que a água não do Jaguari, mas sim do Camanducaia é que está poluída. Lembrou que poluição e contaminação são conceitos diferente sendo a poluição relacionada à matéria orgânica, possível de ser tratada por um sistema de tratamento antes de esgoto e depois dessa água chegar ao reservatório. Comentou sobre o sistema de autodepuração e dos poluentes de Bragança. A partir dos gráficos de qualidade da água, nota-se nitidamente, que por conta da quantidade de matéria orgânica lançada no rio, há uma queda de qualidade das águas em Bragança. A jusante, justamente por causa das corredeiras, ocorre uma melhora da qualidade, pela elevação da oxigenação, e ao chegar no reservatório de Jaguari, os resíduos tendem a se depositar, ocasionando uma melhora da qualidade da águas. Imediatamente a jusante da represa do PCH Jaguari a qualidade das águas melhora porque passou por todo um processo de depuração e de decantação, natural. A nova barragem de Pedreira ficará a jusante dessa PCH e a montante da cidade de Pedreira. Haverá redução do nível da correnteza, com certeza, e a introdução de novos poluentes vai ser a partir de Pedreira. Então o processo de autodepuração do rio tende depois a continuar o seu curso natural. A mesma situação é prevista para Amparo, um pouco mais crítica mas, hoje, com a ocorrência do remanso de Feixos, apesar de não ser uma cachoeira, provocara a melhora da qualidade, mesmo assim. Ressaltou a importância de implantação do sistema de recolhimento e tratamento de esgotos para a melhora das condições, inclusive, com a implantação da proposta do sistema de remoção de fósforo que seria, digamos assim, o elemento que seria potencializado com a formação da represa. Alguns componentes tendem sedimentar no reservatório, outros se diluem ou se mantêm numa concentração parecida. O fósforo, por sua vez, possui outro comportamento, pois tem origem na aplicação de fertilizantes no solo e causa a proliferação de algas e bactérias. Por essa razão, a proposta é que seja implantado um sistema de tratamento de esgotos com a remoção do fósforo para evitar que haja esta potencialização com a construção do reservatório. **Mario Kazunori Tabata**, passou a esclarecer pontos importantes acerca das desapropriações. Informou que, em relação aos proprietários, está em fase final o serviço de levantamento e avaliação dos imóveis a serem desapropriados. A desapropriação está sendo embasada em valores de mercado e está sendo conduzido pela CPOS. O processo será conduzido pela Procuradoria Geral do Estado - PGE, após a obtenção da licença de instalação das obras das barragens. Os moradores não proprietários serão cadastrados e a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

solução será analisada, caso a caso. Afirmou que não é possível uma solução generalizada para todas as famílias, e falar que todo mundo vai receber o mesmo tratamento. Por meio da assistência social do DAEE, será realizado o levantamento sobre o que cada morador quer, ou seja, o que deseja fazer da sua vida dali pra frente. As duas audiências públicas, uma em setembro e outra em outubro, foram realizadas em atendimento da Lei 866, relativa à construção das obras e ao licenciamento ambiental. O Secretário-Executivo, **Germano Seara Filho** ofertou esclarecimentos à reclamação do vereador Rogério Catanazi de que a Câmara de Amparo não havia recebido o convite da audiência pública. Esclareceu que há muitos anos os convites para as audiências não são encaminhadas pelo correio, mas sim por correio eletrônico. Espera que tenham sido enviados, conforme prevê a norma, mesmo assim, iria verificar. Acredita, no entanto, que tenha ocorrido um mal entendido. Esclareceu que, também preferiria que a audiência de Amparo tivesse sido realizada em um bairro. Explicou que o corriqueiro é sugerimos e aprovamos locais que sejam mais no centro da cidade porque entendemos que a audiência interessa a todo município ou, às vezes, a toda uma região, e não apenas para população específica de um determinado bairro. A Câmara Municipal, local considerado muito bom por ser a casa do povo, teria sido a primeira escolha, no entanto, não o foi por questão de agenda e do tamanho das instalações. Esclareceu que todas as audiências públicas são gravadas, como também foi feito em Campinas, e aquele que desejar pode solicitar uma cópia da gravação. Disse que o vereador José Luiz teria dito algo interessante e verdadeiro, ou seja, que nas audiências nós nos manifestamos. O processo de licenciamento inclui várias etapas, uma delas é essa em que a população, de modo geral, é ouvida numa audiência pública. Muitas outras instituições também podem vir a ser ouvidas pelo órgão licenciador, tais como o Condefat, o Instituto geológico, e o próprio município sobre a questão de uso e ocupação do solo. E por aí vai até que o órgão licenciador reúna, do ponto de vista quantitativo e qualitativo, todas as informações que precisa para finalmente emitir o seu parecer e ser levado ao CONSEMA. Este sim, vai levar em conta todas as informações para tomar a decisão final, se o empreendimento poderá ou não ser licenciado. Ainda sim, o vereador reivindica a instituição de um plebiscito para consultar a população. O Secretário-Executivo, esclareceu que, de jeito nenhum seria contra. Lembrou que da mesma forma que a democracia direta existe na Suíça, não sabe se funcionaria bem no Brasil, além do nosso ordenamento jurídico não prever isso. A Constituição Federal, Estadual e as normas do CONAMA e a normativa do CONSEMA preveem a audiência pública. Se houver entender-se a necessidade de um plebiscito, teremos que fazer um plebiscito, no entanto, hoje, somos obrigados a fazer audiência pública. Quanto a possível falta de publicidade, esclareceu que a audiência feita pelo DAEE não é aquela prevista no processo do licenciamento ambiental, e sim estas três que estão sendo feitas, como requisito essencial para a validade da audiência pública. Caso a audiência pública não sido realizada de acordo com os requisitos mínimos, a Secretaria-Executiva do CONSEMA será a primeira a invalidar o processo. Citou ao de Tereza Penteado ter se referido ao pedido de suspensão das audiências pelo do Dr. Rodrigo do MP. Ao esclarecer este fato, explicou que ao chegar em São Paulo, levando em conta o



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

pedido do Dr. Rodrigo, solicitou que sua fala fosse transcrita e juntamente com o parecer ao qual ele se referiu, protocolado pelo assessor técnico do MP, encaminhou tais informações para CETESB se manifestar. Nesse momento, não havia qualquer alegação de irregularidade quanto ao procedimento de organização, de convocação e de realização das audiências públicas. Referia-se sim, a questões técnicas que foram encaminhadas à CETESB para análise e manifestação. Nessa época, todas as audiências já estavam convocadas. O Secretário-Executivo disse que soube, informalmente, que seria muito melhor ter as audiências para poder ter a oportunidade, efetivamente, de levantar todas as questões que digam respeito à obra, ao empreendimento, do que não se realizar as audiências. Por essa razão as audiências foram mantidas. Encerrada a etapa das réplicas, o **Secretário-Executivo** do CONSEMA passou a palavra à bióloga **Vanessa H. Fidalgo Guerreiro** gerente do Setor de Avaliação de Obras Hidráulicas da CETESB, para que ofertasse suas derradeiras considerações. Esta gerente confirmou tratar-se de um estudo complexo que demanda tempo de análise. Afirmou que as audiências públicas auxiliam bastante a equipe técnica de forma a aprimorar o olhar analítico em determinados impactos de uma forma diferenciada. Reiterou as afirmações feitas pelo Secretário-Executivo sobre a legitimidade dessa audiência pública, que é o primeiro evento previsto no processo de avaliação no qual a população tem o direito de se manifestar, quer se trate de um simples cidadão quer se trate de alguém investido de algum cargo eletivo. Portanto, elucidou, não realizá-la ou ficar postergando sua realização seria não dar a oportunidade colhemos todos esses subsídios que, obviamente, serão levados em consideração na análise, inclusive, mediante a existência de algum obstáculo. Lamentou pelo fato do processo não estar disponibilizado meio digital, o que facilitaria muito, mas todos que tiverem interesse consultar o processo, orientou a entrarem em contato com um setor específico da CETESB, chamado ITAP pelo e-mail itap_cetesb@sp.gov.br, que é um meio muito mais rápido. Só é necessário pedir o agendamento e assim é possível dar vistas no processo na íntegra. Durante a audiência foi protocolada o documento intitulado contendo tabela intitulada “Relação de serviços executados ou em execução – setor Industrial”. O **Secretário-Executivo do CONSEMA**, Germano Seara Filho, esclareceu que todo e qualquer interessado teria ainda o prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data desta audiência, para enviar diretamente à CETESB as contribuições ou sugestões que tenham por finalidade o aperfeiçoamento do projeto. Enviando-a quer por meio eletrônico que protocolizando-as no órgão para tanto destinado. E, em nome da Secretária de Estado do Meio Ambiente, **Patricia Iglecias**, agradeceu a presença de todos, após o que declarou encerrados os trabalhos desta reunião. Eu, **Rosana Maria Henrique**, Bióloga alocada no Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria-Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.